

RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.972 - GO (2018/0257067-6)

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : VILMAR DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO : CÁSSIO BRUNO BARROSO - GO021342

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FUNRURAL). EMPREGADOR RURAL PESSOA NATURAL. INCIDÊNCIA SOBRE A RECEITA BRUTA DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL. LEI Nº 10.256/2001. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTE DO STF.

1. O egrégio Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 596177, sob o rito do art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973 (Repercussão Geral), declarou inconstitucional a alteração da Lei n.º 8.212/1991 pela Lei n.º 8.540/1992, por ofensa formal (necessidade de Lei Complementar para tratar da matéria).

2. Em decisão proferida pelo eminente relator Min. Ricardo Lewandowski, em embargos de declaração opostos pela UNIÃO, nos autos do RE 596177, acima mencionado, restou explicitado que: "a discussão do tema com enfoque na Lei 10.256/2001 teve sua repercussão geral reconhecida nos autos do RE 718.674/RS, de minha relatoria. Assim, o julgamento desse feito será a oportunidade adequada para o enfrentamento da matéria."

3. Sobre o tema o egrégio Supremo Tribunal Federal, em julgamento sob o rito do art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973 (Repercussão Geral), nos autos do RE 718874/RS, em 30/03/2017, declarou que: "É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção."

4. Assim, o egrégio STF reconheceu que a Lei n.º 10.256/2001 afastou a inconstitucionalidade da exação questionada, vez que foi editada posteriormente à Emenda Constitucional n. 20/98, que deu nova redação ao inciso I do art. 195 da Constituição Federal.

5. Apelação a que se dá provimento.

6 Os honorários advocatícios deve guardar observância aos princípios da razoabilidade e da equidade, considerando-se o previsto nos incisos nos incisos I a V do § 3º c/c o inciso II do § 4º do art. 85 do NCPC, cujo montante deverá ser apurado no momento processual oportuno.

Na origem, trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária que objetiva o reconhecimento da inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 25 da Lei 8.212/91, que instituíram a contribuição, pelo empregador rural pessoa física, sobre a comercialização de sua produção. O

valor da causa, em fevereiro de 2016, era de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Em sede de sentença, o juízo de primeira instância julgou procedentes os pedidos e condenou a União ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §4º, III, do CPC/2015.

O tribunal *a quo* deu provimento à apelação, conforme ementa acima colacionada e, quanto aos honorários sucumbenciais, determinou sua apuração em momento oportuno.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No presente recurso especial, a recorrente aponta violação ao art. 1.022 do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que o tribunal *a quo* foi omissos ao não se manifestar sobre a impossibilidade de decretação de prescrição intercorrente no caso concreto.

Aduz, ainda, malferimento ao art. 85, §3º, I e §4º, I e III, do CPC/2015. Afirma que competia ao tribunal *a quo* fixar, desde já, por apreciação equitativa, o valor da condenação do autor a título de honorários de sucumbência, reputando desnecessária a liquidação da sentença.

É o relatório. Decido.

Em relação à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que as razões recursais apresentadas pela recorrente estão dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido. No recurso especial, a recorrente insurge-se quanto à impossibilidade de decretação de prescrição intercorrente no caso concreto. O acórdão recorrido, entretanto, sequer aborda a temática da prescrição, uma vez que não se trata do mérito discutido nos autos.

Assim, verificado que as razões recursais se encontram dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial, atraindo-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 284 do STF.

Nesse diapasão, confirmam-se:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. OFENSA AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO ARTIGO 166 DO CTN. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se configura a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.

2. Não que se cogitar coisa julgada da certidão de dívida ativa, quando os embargos à execução, embora questionem parcialmente os valores que integram o referido título, impugnam ainda que indiretamente os atributos de certeza e liquidez da CDA, porquanto sabe-se nesta Corte que a substituição ou a emenda da Certidão de Dívida Ativa pode ocorrer até a prolação da sentença, ante o teor do artigo 2º, § 8º, da Lei 6.830/80 (Precedentes do STJ: AgRg nos EDcl no Ag 911.736/RS, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ de 31.03.2008; e REsp 837.250/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 14.03.2007).

3. Quanto à aplicação do regime jurídico do indébito tributário estabelecido no artigo 166 do CTN, verifica-se que as razões recursais apresentadas se encontram dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, o óbice da Súmula nº 284 do STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1338549/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 12/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO INEXISTÊNCIA. DOCUMENTO ELETRÔNICO. VALOR PROBANTE. RAZÕES DISSOCIADAS DO ARESTO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. APLICAÇÃO. INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Não há vulneração do art. 1.022 do CPC/2015, quando a controvérsia deduzida na origem é dirimida de modo claro e fundamentado, pois não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

3. Verificada que a pretensão recursal está dissociada dos argumentos do aresto recorrido, deve a fundamentação ser considerada deficiente, a teor da Súmula 284 do STF.

4. Hipótese em que a Corte estadual concluiu que os documentos acostados não seriam idôneos a comprovar a quitação do débito, pois não ficou evidenciado que os pagamentos se referiam ao débito exequendo e foram juntadas apenas faturas desacompanhadas do efetivo pagamento.

5. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório constante dos autos, providência inviável em sede de recurso especial nos termos da Súmula 7 do STJ.

6. A matéria tratada no art. 525 do CPC/2015 não foi alvo de debate na instância ordinária, pois a questão relativa à extinção da obrigação ficou prejudicada ante a ausência de comprovação da quitação do débito.

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1311006/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 05/02/2019)

No mérito, verifica-se que a irresignação da recorrente, acerca da necessidade ou não de liquidação da sentença para a apuração do *quantum*

devido a título de honorários advocatícios, vai de encontro às convicções do julgador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu:

A fixação dos honorários advocatícios deve guardar observância aos princípios da razoabilidade e da equidade, considerando-se o previsto nos incisos nos incisos I a V do § 3º c/c o inciso II do § 4º do art. 85 do NCPC, cujo montante deverá ser apurado no momento processual oportuno.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO. INDIVIDUALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. LIQUIDAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1 - O acórdão recorrido não destoa da atual e pacífica orientação deste Superior Tribunal de Justiça, firme no sentido de que o prazo prescricional para a propositura de ação executiva contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos da Súmula 150/STF ("Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação").

2 - Ainda na linha de nossa jurisprudência, "enquanto houver discussão a respeito da legitimidade do sindicato para promover a execução coletiva do título executivo judicial, não flui o prazo prescricional para o ajuizamento da pretensão executória individual. Tal exegese tem por fundamento evitar a imputação de comportamento inerte ao exequente que, ante a ciência do aforamento da pretensão executória pelo ente sindical, prefere a satisfação do crédito exequendo pela via da execução coletiva. (REsp 1343213/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/10/2012, DJe 15/10/2012). Precedentes.

3. Ademais, a verificação quanto a alegação da desnecessidade de liquidação do julgado, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3 - Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1233036/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018) (destaques não constam no original).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. CONVERSÃO DE MOEDA. URV. LIQUIDAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. No tocante à questão principal, afirma o recorrente que "não restou demonstrado eventual prejuízo, ou que a parte não tenha recebido tal índice - ou parte dele - em leis de carreira" (fl. 196).

3. Sucede que o acórdão recorrido consignou que "somente em liquidação de sentença por arbitramento há de ser apurada a existência de efetiva defasagem na remuneração (...)" (fl. 157).

4. Desse modo, o acolhimento da tese recursal depende de revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

5. O óbice da Súmula 7 do STJ atinge também o Recurso Especial interposto com fundamento na alínea c do inciso III do artigo 105 da Constituição da República, porque impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1658358/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 08/05/2017) (destaques não constam no original).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator